

PROGRAMA MULHERES MIL NO SUL DO AMAZONAS: AGRICULTURA ORGÂNICA PARA AS MULHERES INDÍGENAS DO POVO TENHARIM

MULHERES MIL PROGRAM IN SOUTHERN AMAZON: ORGANIC AGRICULTURE FOR INDIGENOUS WOMEN OF THE TENHARIM PEOPLE

Marilda Aguiar do Carmo¹

Bruno Bufuman Alecrim²

Inaê Nogueira Level³

Resumo: Este estudo tem por objetivo apresentar o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Agricultura Orgânica realizado na terra Indígena Tenharim, pelo Programa Mulheres Mil. O curso teve por objetivo a capacitação de mulheres indígenas em agricultura orgânica, com o intuito de proporcionar uma formação de qualidade e gratuita, além de promover a inclusão social e o empoderamento feminino. O curso foi desenvolvido com atividades teóricas e práticas, dividido em dois núcleos de disciplinas, o comum e o de qualificação profissional. Os resultados indicam um aumento no interesse e motivação das mulheres indígenas em aprender novas técnicas de cultivos para a subsistência delas e dos familiares, e a melhora na autoestima. Ademais, o curso possibilitou acesso à educação gratuita e de qualidade para mulheres estigmatizadas e sem oportunidades por serem mulheres e indígenas, com isso aprenderam sobre agricultura orgânica convencional e não convencional, contribuindo para uma alimentação mais saudável. Sugerimos que outras atividades como essas sejam frequentes nas comunidades indígenas, contribuindo assim, com o desenvolvimento social e econômico dos povos tradicionais.

Palavras-chave: mulheres mil; agricultura orgânica; terra indígena tenharim.

Abstract: *This study aims to present the Initial and Continuing Training (FIC) course in Organic Agriculture carried out on the Tenharim Indigenous land, by the Thousand Women Program. The course aimed to train indigenous women in organic agriculture, with the aim of providing quality and free training, in addition to promoting social inclusion and female empowerment. The course was developed in theoretical and practical*

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades, Técnica Administrativa em Educação, Instituto Federal do Amazonas, Campus Humaitá - IFAM/CHUM. marilda.aguiar@ifam.edu.br

² Mestre em Ensino Tecnológico, Docente, Instituto Federal do Amazonas, Campus Humaitá - IFAM/CHUM. bruno.alecrim@ifam.edu.br

³ Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades, Docente, Instituto Federal do Amazonas, Campus Humaitá - IFAM/CHUM. inae.level@ifam.edu.br

activities, divided into two core disciplines, common and professional qualification. The results indicate an increase in the interest and motivation of indigenous women in learning new cultivation techniques for their and their families' subsistence and improved self-esteem. Furthermore, the course enabled access to free, quality education for stigmatized and disadvantaged women. opportunities because they are women and indigenous people, thus learning about conventional and unconventional organic agriculture, contributing to a healthier diet. We suggest that other activities like these are frequent in indigenous communities, thus contributing to the social and economic development of traditional peoples.

Keywords: *thousand women; organic agriculture; tenharim indigenous land.*

INTRODUÇÃO

O curso de Formação Inicial e Continuada (Doravante FIC) em Agricultura Orgânica, foi destinado a mulheres indígenas do povo Tenharim, visa fornecer uma nova alternativa de subsistência e renda para a comunidade, especialmente para as mulheres. O curso faz parte do Programa Nacional Mulheres Mil, oferecido pelo Governo Federal com o intuito de oferecer formação a mulheres em situação de vulnerabilidade social.

O Programa Nacional Mulheres Mil, foi instituído no Brasil em 2011. E no contexto local, em Humaitá-AM, foi instituído em 2024. Destaca-se que surgiu em um momento em que o povo Tenharim, representado pela Associação do Povo Indígena Tenharim (APITEM), procurou o Instituto Federal do Amazonas - *Campus* Humaitá para solicitar cursos de formação, a fim de melhorar a qualidade de vida do seu povo, uma vez que, a principal fonte de renda vem de Programas de Transferência de Renda, tais como o Bolsa Família, a agricultura de subsistência, a coleta de produtos florestais como: a castanha, copaíba, entre outros. Além desses produtos, o território propicia o cultivo de mandioca, da qual é produzida a farinha, a macaxeira, cará, banana, abacaxi, batata doce, milho, melancia e a pesca artesanal.

A terra indígena Tenharim, fica localizada às margens da BR-230, conhecida como Transamazônica, abrangendo os municípios de Humaitá e Manicoré, no sul do estado do Amazonas, com 11 comunidades (aldeias), com cerca de 900 habitantes, de acordo com o IBGE (2022). A organização do povo Tenharim, segundo Peggion (1996, p.56) "A organização social Tenharim é caracterizada pela presença de uma relação determinante do ponto de vista matrimonial. Essa relação constitui-se nas metades exogâmicas patrilineares Mutum-Nanguera e Taravé-Kwandu." Essa complexa forma de organização recebe o nome de aves, sendo elas: Mutum e Gavião-real, cada ave representa um grupo social. Demarca-se, portanto, que o sistema deste povo é patrilinear. A língua falada é da família linguística Tupi-Guarani e se autodenominam Kagwahiva, que significa "nós", "a gente" (Bertolin, 2014). Cabe destacar que o Povo Tenharim mantém suas tradições culturais, destacando aqui o uso da sua língua.

A infraestrutura na comunidade é precária, no entanto algumas ações estão sendo implantadas como: a instalação de banheiros a fim de melhorar a realidade das comunidades. A maior comunidade/aldeia é a Marmelo, que conta com uma escola municipal e uma estadual e um polo base do posto de saúde que atende todas as aldeias. Mas cabe ressaltar que, em todas as aldeias possuem um posto menor de saúde.

Além das dificuldades sociais, os Tenharim enfrentam sérias dificuldades com as ameaças ao seu território, que envolvem as invasões de madeireiros, garimpeiros, pescadores ilegais e grileiros, que exploram os recursos naturais da área sem autorização e causam danos sociais e ambientais. Com essas invasões, aumentam os conflitos no território, com isso verifica-se o aumento da violência e a discriminação. Além disso, a construção da rodovia Transamazônica, que corta o território indígena em dois, trouxe impactos negativos como o desmatamento, as queimadas, as doenças, entre outros problemas.

Dessa forma, a oferta de programas sociais de incentivo a capacitação como o de

Agricultura Orgânica do Programa Mulheres Mil, oferecido pelo governo Federal, fornece novas alternativas para melhoria das condições de vida dos Tenharim, principalmente das mulheres, assim como de auxiliá-los na luta para manter o seu território, com isso, ampliam a oportunidade de formação.

Cabe mencionar que a Agricultura Orgânica é entendida como sendo aquela sem o uso de agrotóxicos, que permite a produção de alimentos saudáveis contribuindo para a saúde dos produtores e dos consumidores desses alimentos (Moura et al., 2021). Nesse sentido, ao realizar o curso de Agricultura Orgânica com Povo Tenharim, visamos apresentar uma alternativa de produção de alimentos saudáveis, que otimize os recursos naturais de forma sustentável e ecológica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os cursos de formação inicial e continuada (FIC)

Os cursos de formação inicial e continuada (FIC) estão fundamentados no Art. 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o qual prevê cursos de livre oferta voltados à comunidade, considerando a capacidade de formação dos alunos e não o nível de escolaridade, embora os editais delimitem uma escolaridade mínima para matrícula nos cursos FIC.

Os cursos FIC favorecem a qualificação profissional em diversos níveis, tanto escolar quanto profissional. Esses cursos fundamentam-se na teoria e prática e destinam-se a suprir demandas de comunidades locais. Além da promoção da escolarização, essa modalidade de curso promove também a profissionalização, objetivo central desta formação.

Os cursos FIC foram instituídos pela Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008 e atualizado periodicamente pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC). O planejamento e a normativa da oferta desses cursos são pautados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC), um documento norteador que subsidia a implantação dessas modalidades de curso no país.

A 1ª edição dos cursos FIC surgiu no ano de 2008, ancorado pela Resolução CNE/CEB nº 11/2008, o qual configurou-se como “importante mecanismo de organização e orientação da oferta nacional de cursos técnicos de nível médio” (Brasil, 2008, p. 05). Ademais, essa edição apresentou 185 cursos técnicos no catálogo, voltados à profissionalização nacional amparadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

No ano de 2012, o governo lançou a 2ª edição do Catálogo de cursos FIC, através da Resolução nº 4, de 6 de junho de 2012, o qual agregou mais 44 (quarenta e quatro) novos cursos técnicos ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Art. 1º A presente Resolução inclui na nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, com a finalidade de orientar a oferta de cursos técnicos de nível médio nas redes públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica, 44 (quarenta e quatro) novos cursos (Brasil, 2012, p. 01).

A 3ª edição foi publicada no ano de 2016, sendo decorrente de uma construção

coletiva entre sistemas de ensino e demais instituições vinculadas à educação brasileira. O catálogo estrutura-se em treze eixos tecnológicos e apresenta carga horária mínima, perfil dos profissionais, campo de atuação, dentre outras especificações.

Neste documento, além da relação de 227 cursos, agrupados por eixos tecnológicos com a respectiva caracterização, encontram-se: a tabela de convergência entre as denominações anteriores e as estabelecidas neste catálogo, a tabela de submissão contendo os cursos já submetidos à análise e rejeitados, perguntas frequentes e a Resolução CNE/CEB nº 01/2014 (Brasil, 2016, p. 08).

Atualmente, encontra-se em processo de consulta pública a versão preliminar da 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Este catálogo busca relacionar, para cada curso técnico, informações significativas ao planejamento e à implantação de cursos pelas instituições de ensino brasileiro. Além disso, é uma importante ferramenta de norteamento e fortalecimento da educação profissional no país.

Os cursos FIC são uma modalidade de ensino profissional que busca sanar uma problemática regional de forma pressurosa, considerando as particularidades e identidades locais. Sua implantação requer, primeiramente, um estudo local visando identificar as principais necessidades da região. Atualmente, são as formas de o ensino profissional chegar às comunidades mais afastadas dos grandes centros urbanos, como as comunidades rurais e indígenas, historicamente marginalizadas pelo difícil acesso e pelo descaso governamental.

O Programa Mulheres Mil

O Programa Mulheres Mil foi instituído pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), a primeira oferta ocorreu, em caráter piloto, no ano de 2007, resultado de uma parceria com o Governo Canadense. No ano de 2011, o Programa foi reconhecido nacionalmente e passou a ser ofertado por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), através da Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, a qual institui o Programa Nacional Mulheres Mil:

Art. 1º Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes: I - Possibilitar o acesso à educação; II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III - Promover a inclusão social; IV - Defender a igualdade de gênero; V - Combater a violência contra a mulher; Art. 3º O Programa Mulheres Mil deverá ser ofertado por instituições de educação profissional e tecnológica, permitindo-se a parceria com instituições de ensino regular. § 1º O Programa Mulheres Mil deverá ser ofertado, prioritariamente, pelas instituições públicas dos sistemas de ensino federais, estaduais e municipais (Brasil, 2011, p. 01).

Já em 2013, o programa recebeu custeio de vagas gratuitas por meio da Bolsa Formação do PRONATEC. No ano de 2023, o Ministério da Educação (MEC), por meio da SETEC, institucionalizou novamente o Programa Mulheres Mil, através da Portaria nº

725, de 13 de abril de 2023.

A Condição Social da Mulher Indígena no Brasil

É salutar, compreender, que a categoria ‘mulher’ não é universal, dessa forma, trataremos abordagens sobre a mulher indígena, entendendo que esta não é singular, tendo em vista a diversidade cultural existente neste país. A sociedade brasileira é patriarcal e em função disso, as mulheres enfrentam diversas dificuldades, mas estas aumentam para alguns grupos, pois a condição da mulher indígena é diferente.

De acordo com Almeida, Angelin, Veronese (2023) considerando a mulher branca e abastada, negra e pobre e indígena, são distintas. Para as autoras, mesmo com diferentes situações, ambas não estão livres de enfrentar violência ou outro tipo de preconceito por causa do gênero.

Quando se trata da mulher indígena, cabe destacar a “dupla vulnerabilidade”, uma vez que além do gênero, pertence a outro estereótipo excludente, ser indígena, ou seja, a etnia (Almeida; Angelin; Veronese, 2023, p. 928). Dessa forma, é de suma importância proporcionar às mulheres indígenas o acesso à formação de qualidade, a fim de contribuir para a suas comunidades e construção do seu protagonismo feminino.

A Agricultura Orgânica

A Agricultura Orgânica é a forma de agricultura que não utiliza fertilizantes químicos ou agrotóxicos (Moura *et al.*, 2021). É uma forma de produção sustentável que privilegia o meio ambiente e a sustentabilidade, indo na contramão da monocultura, que, embora permita a produção em grande escala de uma única cultura, como soja por exemplo, causa o desequilíbrio ambiental, empobrecimento do solo e a poluição da água.

No início dos anos 70, a Agricultura Orgânica passou a ter um grande destaque mundial, com o intuito de ser uma alternativa à agricultura convencional que privilegiasse a conservação do meio ambiente (Lima, 2023). Esse debate, levantado inicialmente na França, prevaleceu no Brasil nas décadas posteriores, resultando em avanços significativos, com a promulgação da constituição de 1988 e a aprovação da Lei n°. 7.802, de 11 de julho de 1989, denominada de Lei de Agrotóxicos, que visava a preservação ecológica do meio ambiente, pensando nas gerações futuras (Lima, 2023).

No entanto, foi no início dos anos 2000, de acordo com Lima (2023), que a Agricultura Orgânica teve um grande avanço, uma vez que foram criadas algumas políticas públicas como o Programa Fome Zero, instituído por meio da Lei n°. 10.696, de 2 de julho de 2003, e a Lei n°. 10.831/2003, que versava sobre as condições para a produção e comercialização de produtos orgânicos. Além disso, em 2004 o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) criou o Selo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (Figura 1) e em 2009 criou o Manual de Aplicação do Selo Oficial para Produtos Orgânicos, para estabelecer critérios para o uso do selo.

Dessa forma, a primeira década do século XXI foi de muitas conquistas para a valorização da Agricultura Orgânica, confirmando o constante crescimento dessa forma sustentável de agricultura. Cabe destacar, nesse período a agricultura familiar também

teve algumas conquistas como a criação Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Por fim, evidencia-se o Plano Safra 2024 e 2025, o qual prevê 35 milhões para a agricultura familiar, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento da Agricultura Orgânica no país (Brasil, 2024).

Figura 1 - Selo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.



Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária.

METODOLOGIA

O curso de Agricultura Orgânica realizado pelo IFAM - *Campus* Humaitá, foi estruturado em onze componentes curriculares, dividido em dois núcleos, 1) Comum e 2) Qualificação Profissional.

No que se refere ao núcleo comum, considera-se aquelas disciplinas que vão contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para formação das estudantes, que além de disciplinas como matemática e português, permite trabalhar noções de cidadania, saúde da mulher, empreendedorismo, direitos e deveres, assim como noções de uso das tecnologias digitais, como: abertura de contas bancárias, criação de contas Gov, entre outras. Além disso, o núcleo comum, permite trabalhar os Temas Contemporâneos Transversais da BNCC (2019).

Quanto ao Núcleo de Qualificação Profissional, está voltado à Formação Profissional e Tecnológica das estudantes, sendo trabalhado noções de Agricultura Orgânica, que envolvem a produção de legumes, verduras, criação de abelhas, biofertilizantes naturais e outros. Ademais apresenta a legislação vigente sobre certificação de produtos orgânicos. No Quadro 1, apresenta-se a Matriz curricular e a carga horária do curso.

Quadro 1 - Matriz do curso de Agricultura Orgânica.

Núcleo comum	Carga horária	Núcleo Qualificação profissional	Carga horária
Cidadania, Gênero e Direitos da Mulher, Ética e Relações Humanas	4 h	Introdução à Agroecologia e Legislação aplicada à Agricultura Orgânica.	10 h
Noções de Biossegurança, Saúde da Mulher, Qualidade de Vida, Segurança Alimentar e Nutricional	4 h	Manejo e conservação agroecológico do solo	16 h
Oratória, Expressão Corporal e Verbal	4 h	O cultivo das plantas alimentícias não convencionais PANCs	16 h
Recomposição de Conteúdos Básicos: Leitura e Produção de Texto aplicados ao curso	8 h	Controle alternativo de pragas e doenças	16 h
Recomposição de Conteúdos Básicos: Matemática Aplicada e Noções de Educação Financeira	8 h	Introdução a meliponicultura	16 h
Inclusão Digital voltada para o Exercício da Cidadania	8 h	Sistemas de produção vegetal orgânica	15 h
Noções de Empreendedorismo, Cooperativismo e Economia Solidária	12 h	Comercialização e certificação	15 h
Direitos e Deveres da Trabalhadora	8 h		

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Quanto a metodologia de execução do curso, seguiu os moldes apresentados por Brasil (2011), uma vez que o Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, são organizados para acolher mulheres que se encontram em diversos contextos sociais de marginalização e vulnerabilidade social e, dessa forma, pretende incluí-las no processo educacional e no mundo do trabalho.

Sendo assim, a metodologia de ensino adotada no Programa foi o Mapa de Vida, considerado como método, assim como ferramenta educacional, que visa o desenvolvimento das dimensões coletivas e individuais das cursistas, por meio do diálogo e troca de experiências (Brasil, 2023).

O procedimento técnico empregado foi a pesquisa documental. Realizou-se o levantamento de informações em documentos oficiais do IFAM - *Campus* Humaitá, sendo eles: o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Agricultura Orgânica e o Edital nº 01/2024-IFAM/*Campus* Humaitá, de 24 de janeiro de 2024, que regeu o Processo de Seleção para os cursos FIC do Programa Mulheres Mil do IFAM - *Campus* Humaitá. Além das demais informações coletadas junto à Coordenação de Extensão do IFAM - *Campus* Humaitá, tais como: quantitativo de inscrições realizadas no curso, quantitativo de

candidatas selecionadas, quantitativo de alunas desistentes e quantitativo de alunas certificadas.

Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo) (Bardin, 2011, p. 51).

A pesquisa documental é um procedimento muito usado para investigar dados e informações de diferentes fontes, as quais ainda não foram analisadas. A análise das informações é etapa essencial neste tipo de pesquisa e está correlacionada com a classificação elencada pelo pesquisador. O tratamento dado às informações levantadas são fundamentais para determinar o êxito da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o curso de Agricultura Orgânica, foram destinadas 31 vagas, no qual tiveram 36 inscrições, dessas foram selecionadas 31 e 5 ficaram em cadastro reserva. Os critérios de seleção, os quais constam no Edital nº 01/2024 -IFAM/Campus Humaitá, de 24 de janeiro de 2024, foram divididos em cinco itens: faixa etária, situação de trabalho, situação de risco, renda familiar e número de coabitantes, totalizando 20 pontos.

Vale destacar que no período de inscrição foi realizada uma reunião com todas as cursistas, e ambas decidiram que as aulas tanto teóricas como práticas deveriam ocorrer em três aldeias diferentes (Marmelo, Kampinho e Mafuí), pois as alunas estavam divididas em várias aldeias, com isso não beneficiava uma única aldeia, e sim todas. No quadro 2, apresenta-se um panorama da turma do curso de Agricultura Orgânica, realizado entre o período de abril de 2024 a julho de 2024.

Quadro 2 - Panorama da Turma do Curso de Agricultura Orgânica.

Vagas destinadas	Inscrições	Selecionadas	Cadastro de reserva	Desistentes	Certificadas
31	36	31	5	0	31

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Pode-se afirmar que a formação das mulheres das comunidades indígenas Tenharim foi exitosa pelo empenho das alunas durante todo o curso e por outros fatores que merecem ser discutidos, o que resultou em 100% de aprovação no curso, conforme pode-se observar no quadro 2, em que demonstra que o quantitativo de mulheres certificadas foi igual ao número de vagas ofertadas. Esses dados revelam não só o interesse das alunas pelo curso, mas o quanto esse grupo de mulheres necessitavam de uma formação profissional nesta área.

Esses dados conduzem ao seguinte questionamento: O que levou um curso FIC a ter 100% de aprovação? Primeiramente, é necessário enfatizar que o curso ocorreu dentro das aldeias indígenas. Os professores e a coordenação do curso se deslocavam semanalmente às aldeias para ministrar as aulas durante alguns dias da semana. Esse

processo de ofertar o curso nas aldeias representa um fator importante para minimizar a evasão e a desistência, considerando que não houve o desgaste diário de idas e vindas à escola.

Na perspectiva de Carmo (2021, p. 83), “um currículo que privilegia a realidade do aluno na construção de conhecimento contribui para a promoção da valorização identitária e o respeito à diversidade cultural”. Essa ação extramuros do IFAM-*Campus* Humaitá configura o respeito às mulheres indígenas do povo Tenharim e representa um avanço significativo e inclusivo em relação à educação dos povos tradicionais que por décadas foram marginalizados.

A inclusão vai além, quando se oferta um curso voltado exclusivamente para as mulheres de comunidades indígenas, as quais sempre sofreram uma dupla marginalização social: por serem mulheres e por serem indígenas.

Outro fator que contribuiu para o êxito do curso está relacionado à matriz curricular, trata-se de um curso ofertado a partir dos anseios da comunidade indígena. As disciplinas do Núcleo Qualificação Profissional foram ao encontro da realidade das aldeias. A matriz do curso possibilitou práticas docentes que fogem de rotinas escolares padronizadas e despertaram interesse e motivação das alunas.

Paraíso (2015, p. 50) afirma que o currículo padronizado tem o poder de “produzir rotinas” e de “desanimar”. Por outro lado, essa autora enfatiza que práticas docentes que valorizam a identidade do aluno tendem a desarticular discursos dominantes. As disciplinas práticas do curso valorizaram o espaço das aldeias e foram articuladas para atender uma demanda da comunidade indígena em relação à produção orgânica de verduras, hortaliças, frutas e criação de abelhas.

Desta forma, o IFAM - *Campus* Humaitá, ao selecionar como local de oferta de curso as três aldeias dos povos Tenharim, oportuniza uma qualificação profissional a um grupo de mulheres historicamente segregadas, promovendo a valorização de suas identidades e de suas culturas. Ao mesmo tempo em que a instituição contempla o “pensamento da diferença”, tão necessário na atualidade e tão discutido pelos campos teóricos crítico e pós-crítico da educação.

Figura 2 - Produção de canteiros, para cultivo de hortaliças.



Fonte: Próprios autores (2025).

Conforme ilustrado na imagem acima, as alunas das três comunidades onde foi realizado o curso, fizeram diversas atividades teóricas e práticas, como a produção de canteiros de cebolinha, coentro, alface, assim como a produção de biofertilizantes.

Figura 3 - Visitação a uma produção de abelhas melípona.



Fonte: Próprios autores (2025).

Durante o curso de Agricultura Orgânica, destaca-se a disciplina de introdução a meliponicultura, considerando que durante essa disciplina as alunas tiveram a oportunidade de trabalhar a parte teórica que envolvia conhecer algumas espécies de abelhas melíponas, que são aquelas abelhas que não possuem ferrão, assim como a produção de caixas. Além da parte teórica, foi oportunizado às alunas visitar uma criação de abelhas melíponas, experimentar o mel, conhecer a estrutura das caixas e ter uma aula com o proprietário de como fazer a divisão de enxame.

Outrossim, vale destacar as metodologias do Programa “acesso, permanência e êxito” e o “Mapa vida”, metodologias desenvolvidas para permitir o acesso das alunas à escolarização, sua permanência durante o curso e o êxito ao final do percurso acadêmico. O Mapa da Vida surgiu como um importante instrumento pedagógico que favoreceu o compartilhamento de experiências de vida, a fim de que as alunas compreendessem seu protagonismo individual diante do coletivo.

A metodologia foi fundamental para o êxito do curso em Agricultura Orgânica, considerando que contribuíram para a permanência e a certificação de 31 alunas das três comunidades indígenas. Esses instrumentos metodológicos possibilitaram dar voz a um grupo de mulheres que o colonialismo buscou silenciar.

Na perspectiva deste trabalho, observou-se, também, o respeito que o IFAM - *campus* Humaitá teve em realizar conversas e diagnósticos preliminares para o levantamento de informações relacionadas à oferta do curso nas aldeias Marmelo, Kampinho e Mafuí. Cabe ressaltar, o IFAM possui termo de cooperação técnica com a FUNAI e o *campus* Humaitá, por estar mais próximo dessas comunidades indígenas, recebe diversas solicitações de apoio em relação a oferta de cursos tanto para alunos quanto para professores indígenas, principalmente através do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas), de acordo com dados da Coordenação de

Extensão (COEX) deste *Campus*.

Segundo Corazza (2005, p. 9), é necessário relacionar identidade ao contexto educacional e incluir os diferentes que, “por tanto tempo, ficaram borrados e excluídos, calados e subordinados, dominados e pisoteados pela lógica da identidade-diferença”. A capacitação profissional destaca-se como uma forma eficaz de promover a inclusão dos sujeitos marginalizados socialmente, para que esses sujeitos sejam protagonistas de suas histórias.

Em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o curso de Agricultura Orgânica objetivou capacitar as mulheres das comunidades tradicionais da zona rural do município de Humaitá no aprimoramento de técnicas agrícolas, visando fortalecer sua renda e a valorização profissional da identidade feminina indígena. Tal objetivo foi obtido ao visualizar-se o quantitativo de mulheres certificadas e que, do ponto de vista profissional, estão aptas a atuarem como Agricultoras Orgânicas em suas respectivas aldeias e demais localidades.

Para tanto, nota-se a aplicabilidade de políticas públicas, através do Programa Mulheres Mil, para o gênero feminino e, especificamente neste contexto, para as mulheres indígenas dos povos Tenharim, mediante a oferta do curso de Agricultura Orgânica pelo IFAM - *Campus* Humaitá. Assim, essas mulheres, até então esquecidas ou invisíveis à sociedade, passam a ser olhadas por essas políticas governamentais voltadas aos grupos sociais marginalizados pelo eurocentrismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos principais do Programa Mulheres Mil foram atingidos, conforme demonstrado nos resultados apresentados neste trabalho. Foi proporcionado *acesso* a um grupo de mulheres historicamente marginalizadas e em vulnerabilidade social: as mulheres das aldeias Tenharim. Foi garantida a *permanência* dessas mulheres no curso de Agricultura Orgânica, mediante oferta de bolsas e metodologias pedagógicas que privilegiassem suas identidades culturais. O curso foi finalizado com *êxito*, tanto pelo quantitativo de certificações quanto pelo aprendizado dessas mulheres.

À luz dessa perspectiva, pela sua localização geográfica e pelos seus objetivos institucionais, o IFAM - *Campus* Humaitá assume a responsabilidade de não apenas observar e receber as demandas dos povos Tenharim e Parintins, mas procurar formas de atendê-las dentro de suas possibilidades, o que vem ocorrendo, conforme observou-se ao longo do trabalho. Ressalta-se também, que esses projetos e programas extramuros, desenvolvidos através da Coordenação de Extensão (COEX) do IFAM - *Campus* Humaitá, são ações afirmativas relevantes para a valorização das identidades das mulheres Tenharim e demais povos indígenas da região.

Assim, as ações desenvolvidas para as comunidades indígenas e demais povos marginalizados visam fortalecer as identidades culturais desses grupos, ao mesmo tempo em que contribuem para a desarticulação de discursos hegemônicos. Essas ações levam a ressignificação de práticas docentes e dos objetivos da educação profissional. O IFAM - *Campus* Humaitá está cumprindo sua função institucional ao apoiar e incentivar o desenvolvimento de atividades nas aldeias indígenas, o que resulta no estreitamento dos laços de confiança entre a instituição e esses povos.

O Programa Mulheres Mil e o IFAM - *Campus Humaitá*, ao olhar para as mulheres indígenas dos povos Tenharim, promove a inclusão social através da formação profissional de um grupo de mulheres que tiveram suas identidades ofuscadas pelo colonialismo. Desta forma, oportunizar educação profissional a esse grupo significa possibilitar a reescrita de diferentes histórias de vidas.

É importante frisar, por fim, a necessidade de formação docente e equipe local para atuação nas aldeias indígenas, considerando que o trabalho com grupos marginalizados exige empatia e respeito cultural. Os profissionais que atuarem nesses programas devem ter leitura acerca das culturas que o colonialismo tentou apagar e trabalhar a formação desses grupos a partir do olhar inclusivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jaqueline Reginaldo de.; ANGELIN, Rosângela.; VERONESE, Osmar. Identidade, diferença e reconhecimento: um olhar sobre os movimentos de mulheres indígenas no Brasil e a pauta de enfrentamento à violência de gênero. **Rev. Direito e Práx.**, v.14, n.02, 2023, p.915-939. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/v3KYk5zpMkdWSKDY M3zttTB/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERTOLIN, Gabriel Garcêz. **Entre Outros: uma Análise da Transformação Ritual entre os Kagwahiva**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011**. Brasília: 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília: Junho, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023**. Brasília, 2023.

BRASIL. **Programa Nacional Mulheres Mil**. SETEC/MEC, Brasília, 2011b. Acesso em: 12 out.2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia da Metodologia do Acesso, Permanência e Êxito do programa Mulheres Mil**. Brasília, 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2024-2025**. Brasília, 2024.

CARMO, Marilda Aguiar do. **Literatura regional na aula de língua portuguesa: um caminho para o reconhecimento identitário.** 2021. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021.

CORAZZA, Sandra. Nos tempos da educação: cenas de uma vida de professora. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 12, 7-10 mar. 2005. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/329>. Acesso em: 18 de set. de 2024.

LIMA, Lucas Ferreira. **Análise comparada da trajetória do desenvolvimento da agricultura orgânica no Brasil e na Dinamarca.** Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

PARAÍSO. Marlucy Alves. Um currículo entre formas e forças. **Educação:** (Porto Alegre, impresso), v. 38, n. 1, p. 49-58, jan.-abr. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/>. Acesso em: 18 de set. de 2024.

PEGGION, Edmundo Antônio. **Forma e função:** uma etnografia do sistema de parentesco Tenharim (Kagwahiv, AM). Campinas: Unicamp, 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MOURA, Dalila Alves Moura; SOARES, João Paulo Guimarães; REIS, Silvia Araújo; FARIAS, Luciano Ferreira. Agricultura Orgânica: impactos ambientais, sociais, econômicos e na saúde humana. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. v. 19, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1140445/1/Joao-Paulo-Agricultura-organica-impactos-ambientais.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.